# **Demonstrações Financeiras**

**UBS Brasil Banco de Investimento S.A.** 

31 de dezembro de 2020 com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Relatorio do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do UBS Brasil Banco de Investimento S.A., elaboradas na forma das normas e instruções do Banco Central do Brasil e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### Adequação das operações aos objetivos estratégicos

Desde o início de suas operações no Brasil, o UBS trabalha no desenvolvimento e consolidação de suas atividades. As operações realizadas estão em linha com os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios entregue ao Banco Central do Brasil, e em conformidade com a Resolução nº 4.122/12.

#### Gerenciamento de riscos

O UBS Brasil tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pelo UBS Brasil. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços.

As descrições dessas estruturas de gerenciamentos estão disponibilizadas no site da Instituição (https://www.ubs.com/global/pt/legalinfo2/brazil/risk-control.html).

#### Continuidade de Negócio

Não temos o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre nossa capacidade de continuar operando.

#### Ouvidoria

O componente organizacional de Ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMN 4.860.

## Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no exercício.

A Administração.



São Paulo Corporate Towers Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte São Paulo – SP - Brasil CEP 04543-011

Tel: (5511) 2573-3000 ey.com.br

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e aos Administradores do UBS Brasil Banco de Investimento S.A São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do UBS Brasil Banco de Investimentos S.A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do UBS Brasil Banco Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Renato Nantes

Contador CRC - 1RJ115529/O-7

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas _	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	4	3.177	1.976
Instrumentos financeiros	5	38.447	59.566
Negociação e intermediação de valores		200	200
Outros ativos		250	3
Impostos a compensar		128	138
Depósitos judiciais	6	2.225	2.023
Imobilizado de uso	7	15.935	-
Total do Ativo	- -	60.362	63.906
Passivo			
Outros passivos		437	942
Passivos contingentes	6	2.354	2.228
Patrimônio Líquido Capital Social	9 _	57.571 46.200	60.736 46.200
Outros resultados abrangentes		46.200 (87)	46.200
Reservas de lucros		11.458	14.540
Total do Passivo	- -	60.362	63.906

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado da intermediação financeira				
Resultado de operações com instrumentos financeiros		404	1.433	3.378
Receitas/(despesas) administrativas e gerais				
Manutenção e conservação		(435)	(435)	-
Publicações, publicidade e propaganda		(10)	(60)	(61)
Serviços do sistema financeiro		(40)	(73)	(62)
Serviços técnicos especializados		(99)	(193)	(407)
Depreciações	7	(640)	(680)	(3)
Tributárias		(45)	(166)	(255)
Intercompany	10	1.341	1.341	-
Diversas	11	(267)	(420)	(195)
Outras receitas/(despesas)		19	55	101
Despesas de provisões	6	(20)	(56)	(105)
Resultado operacional		208	746	2.391
Resultado antes dos tributos e participações		208	746	2.391
Tributos sobre o lucro		(98)	(374)	(1.018)
Corrente	8	(98)	(374)	(1.018)
Lucro líquido do semestre/exercícios		110	372	1.373
Nº de ações		46.200	46.200	46.200
Lucro líquido por ação - Básico e diluído		2,38	8,05	29,72

Demonstrações do resultado abrangente Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do semestre/exercícios	110	372	1.373
Outros resultados abrangentes			
Ativos financeiros disponíveis para venda	(116)	(151)	(1)
Efeito tributário	52	68	0
Total do resultado abrangente do semestre/exercícios	46	289	1.372

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

			Reserv	as de lucros			
	Nota	Capital Social	Legal	Outras	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		46.200	727	13.813	(4)	-	60.736
Dividendos distribuídos		-	-	(3.454)	-	-	(3.454)
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	-	-	(83)	-	(83)
Lucro líquido do exercício Destinações:		-	-	-	-	372	372
Reserva legal		-	19	-	-	(19)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	88	-	(88)	-
Reserva especial de lucros				265		(265)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9	46.200	746	10.712	(87)	-	57.571
Saldo em 30 de junho de 2020		46.200	740	14.062	(23)	-	60.979
Dividendos distribuídos		-	-	(3.454)	-	-	(3.454)
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	-	-	(64)	-	(64)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	110	110
Destinações:			c			(6)	
Reserva legal Dividendos obrigatórios		-	6	26	<u>-</u>	(6) (26)	-
Reserva especial de lucros				78	<u>-</u>	(78)	<u>.</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9	46.200	746	10.712	(87)	()	57.571
	Ü	101200			(6.7		0.107.1
Saldo em 31 de dezembro de 2018		46.200	658	12.509	(3)	-	59.364
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do exercício Destinações:		-	-	-	-	1.373	1.373
Reserva legal		-	69	-	-	(69)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	326	-	(326)	-
Reserva especial de lucros				978		(978)	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9	46.200	727	13.813	(4)	-	60.736

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Notas	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercícios		110	372	1.373
Ajustes que não afetam o caixa				
Atualização de depósito judicial		(19)	(55)	(101)
Provisões para processos cíveis e fiscais	6	-	70	159
Atualização de passivos contingentes	6	20	56	105
Depreciações	7	640	680	3
Lucro líquido ajustado no semestre/exercícios		751	1.123	1.539
Variações em ativos e passivos				
Instrumentos financeiros		16.222	21.036	(576)
Outros ativos		(118)	(247)	(259)
Impostos a compensar		(92)	10	6
Depósitos judiciais		(1)	(147)	(258)
Outros passivos		(2.546)	(505)	362
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		14.216	21.270	814
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	7	(12.113)	(16.615)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(12.113)	(16.615)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos distribuídos	9	(3.454)	(3.454)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.454)	(3.454)	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.351)	1.201	814
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exerc Caixa e equivalentes de caixa no final do	ícios	4.528	1.976	1.162
semestre/exercícios	4	3.177	3.177	1.976
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.351)	1.201	814

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

UBS Brasil Banco de Investimento S.A., é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo-SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar/, Itaim Bibi, CEP 04538-132 e possui como objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas, bem como aqueles serviços permitidos aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo operações de câmbio, e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio, quotista ou acionista, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Banco faz parte do Grupo UBS BB, controlado pelo UBS AG Suíça (50,01%), com participação minoritária do BB-Banco de Investimento S.A. (49,99%).

Parceria estratégica com o Banco do Brasil – Em novembro de 2019, o UBS AG (controlador do UBS Brasil) e o BB-Banco de Investimento S.A. celebraram um Acordo de Associação de caráter vinculante para formação de uma parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional Brasil e em determinados países da América do Sul, criando na região, uma plataforma relevante de banco de investimento com cobertura global. Em 30 de setembro de 2020, as partes finalizaram todas as condições precedentes para o fechamento da transação e deram início a parceria estratégica.

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

#### a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

A Resolução BCB nº 02/2020 estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde determina que os saldos do balanço patrimonial devem ser apresentados por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, que o balanço patrimonial ao final do exercício corrente deve ser comparado com o balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e que as demais demonstrações comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior aos quais foram apresentadas e pela utilização de notas explicativas selecionadas, além da inclusão da demonstração do resultado abrangente. Essa determinação traz similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as alterações não trouxeram impactos para a apuração do lucro líquido ou do patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

O resultado e a posição financeira do Banco estão expressos em Reais, sendo a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de março de 2021.

## b) Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerceu o melhor de seu julgamento e utilizou estimativas para calcular os valores reconhecidos nestas demonstrações:

#### Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando este princípio.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial foi derivado de preços cotados em mercado ativo ou determinados utilizando-se modelos matemáticos para precificação.

## Provisões para riscos de passivos contingentes

O Banco revisa periodicamente suas provisões para riscos de passivos contingentes.

Esta revisão utiliza a melhor avaliação e estimativa da Administração, apoiada por parecer de assessores legais, quanto à possibilidade de dispêndio de recursos financeiros e à determinação de seus respectivos montantes.

## c) <u>Pronunciamentos, alterações e interpretações existentes</u>

A administração avaliou as normas e interpretações aplicáveis no período, bem como, as normais que ainda não estão em vigor e não identificou impactos nas demonstrações financeiras do Banco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis

## a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

## b) Instrumentos financeiros

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os instrumentos financeiros integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Esses títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

## c) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais e perda por *Impairment*, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos.

## d) Redução ao valor recuperável de outros ativos (*impairment*)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), o Banco testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos.

#### e) Imobilizado de uso

## Reconhecimento e mensuração

São registrados pelo custo de aquisição menos a depreciação e amortização acumuladas e perdas por *impairment*, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada período.

#### Depreciação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Instalações	10%
Móveis e equipamentos	
Outros equipamentos	
Equipamentos de processamento de dados	

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

## f) Impostos e contribuições

#### Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS): são calculados sobre as receitas do Banco, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

## g) Passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo:

Ativos: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos: são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão.

## h) Apuração de resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério *pro rata die*. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial.

#### i) Lucro por ação

O Banco apresenta informações sobre o resultado por ação básico e diluído dividindo-se o lucro atribuível pela quantidade de ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 3. Principais práticas contábeis--Continuação

## j) Resultado recorrente e não recorrente

Resultados não recorrentes são os resultados que estão relacionados com as atividades atípicas da instituição, resultados não habituais e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes correspondem às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 14.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades		
Outras reservas livres	3.177	1.976
	3.177	1.976

#### 5. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e são representados por:

		31/12/2020			2019
	Vencimento	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Circulante					
Carteira própria:					
• •	Acima de 365				
Letras Financeiras do Tesouro	dias	38.605	38.447	59.573	59.566
		38.605	38.447	59.573	59.566

Os títulos públicos foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 87 ( (R\$ 4) em 2019).

Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os títulos disponíveis para venda são apresentados no ativo circulante em virtude de a entidade utilizá-los na sua gestão de caixa.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

No exercício não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 6. Depósitos judiciais e passivos e contingentes

O Banco figura como réu em processos judiciais de natureza fiscal decorrentes do curso normal de suas atividades, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2019	Adições/baixas à provisão	Atualização monetária	Saldo final 31/12/2020	31/12/2020 Depósito judicial (ativo)	31/12/2019 Depósito judicial (ativo)
Contribuições contingentes						
CSLL 9/20% (1)	2.065	70	51	2.186	2.050	2.000
CSLL 9/15% (2)	163		5	168	175	23
Total	2.228	70	56	2.354	2.225	2.023

- (1) CSLL refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008 e de 15% para 20% a partir de setembro de 2015. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes das Leis 13.169/15 e 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela controversa do tributo em discussão.
- (2) CSLL refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras à partir de maio de 2008. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes da Lei 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela controversa do tributo em discussão.

O Banco impetrou Mandado de Segurança a fim de afastar a exigência da CSLL com a alíquota majorada, inicialmente, de 9% para 15%, imposta às instituições financeiras e entidades equiparadas pelo art. 17 da Medida Provisória nº 413/08 (ou por dispositivo de lei em que viesse a ser convertida a referida MP), e posteriormente majorada de 15% para 20% com a edição da Medida Provisória nº 675/2015. Foram depositados em conta vinculada aos referidos autos a diferença controvertida (equivalente à diferença de alíquota de 9% a 20%). O Supremo Tribunal Federal, ao julgar recentemente a ADI 4101, declarou ser constitucional a majoração da alíquota para as instituições financeiras. Desta forma, o Banco decidiu por desistir do referido Mandado de Segurança e pedirá a conversão em renda dos valores depositados em juízo em favor do Fisco.

## Perdas possíveis:

Em 31 de dezembro de 2020 o Banco estava envolvido em uma ação judicial civil no valor de R\$ 100 (R\$ 0 em 2019) classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 7. Imobilizado de uso

	Instalações	Móveis e equipamentos	Outros equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Total
Saldos em 31/12/2019	-	-	-	-	-
Aquisições	13.114	3.012	489	-	16.615
Depreciações	(497)	(143)	(40)	-	(680)
Saldos em 31/12/2020	12.617	2.869	449	<u> </u>	15.935
Custo Depreciação acumulada	13.114 (497)	3.012 (143)	489 (40)	59 (59)	16.674 (739)

## 8. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2020	31/12/2019
Correntes		
Resultado Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	746	2.391
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(312)	(932)
Não tributável/não dedutível:		
Despesas Indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(62)	(102)
Incentivos fiscais		16
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(374)	(1.018)

## 9. Patrimônio líquido

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social de R\$ 46.200 está representado por 46.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas por uma acionista domiciliada no país.

## Reserva de lucros - Reserva Legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

## Reserva de lucros - Reserva especial

A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 9. Patrimônio líquido--Continuação

#### Juros sobre capital próprio

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

#### Dividendos

Os acionistas terão dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Conforme determina a Resolução BCB nº 4.706/2018, em 31 de dezembro de 2020 foi destacado o valor de R\$ 88 (R\$ 326 em 2019) de dividendos obrigatórios não distribuídos.

Em cumprimento com os dispositivos previstos na Resolução CMN nº 4.820, em 25.08.2020 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, distribuição de dividendos de exercícios anteriores no montante de R\$ 3.454, limitado a 25% do mínimo obrigatório.

#### 10. Partes Relacionadas

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

# a) Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
_	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valores a receber de sociedades ligadas				
(1):				
UBS Brasil Adm. de Valores Mobiliários Ltda.	82	-	623	-
UBS Brasil S.A. CCTVM	1	-	7	-
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e				
Participações S.A.	89	-	711	-

<sup>(1)</sup> Montante referente a reembolsos de despesas administrativas/operacionais conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS.

#### b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração de pessoal chave no exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 11. Despesas diversas

	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de aluguéis	58	94	-
Serviços de terceiros	54	64	-
Doações	-	-	90
Contribuições a entidades de classe	72	143	98
Outras despesas	83	119	7
	267	420	195

#### 12. Gerenciamento de riscos

O Banco, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

O gerenciamento de riscos conta com uma estrutura integrada e uma Declaração de Apetite ao Risco (RAS) que são revisadas pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração anualmente, que têm participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês, de políticas específicas, e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Companhia. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Risco e *Compliance* (CRO), e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna.

O Banco não possui atividade operacional neste momento, contudo, as categorias de riscos relevantes são derivadas das atividades de cada entidade e o gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada para a UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A., que inclui os ativos e passivos do Banco além de outras entidades.

#### Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações contratuais com a entidade.

A definição de risco de crédito inclui, entre outras coisas:

- Risco de contraparte: é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relacionadas à liquidação de operações com ativos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos.
- Risco país: é a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações associadas a contraparte ou instrumento mitigador localizados fora do País, incluindo o risco soberano, em que a exposição é assumida perante governo central de jurisdição estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 12. Gerenciamento de riscos--Continuação

 Risco de emissor: potencial perda que pode ocorrer em um título de crédito negociável em função da deterioração creditícia do emissor do título.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos estavam representados substancialmente por Aplicações interfinanceiras dos quais as contrapartes são bancos brasileiros com baixo risco de crédito e títulos emitidos pelo governo brasileiro.

## Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras.

O Banco mantém limite mínimo de caixa, com capacidade de obtenção de recursos no mercado. Com um robusto controle, observa os limites mínimos de saldos dos caixas diários e projeções de necessidade de caixa, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez e simulações de cenários adversos.

## Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à (i) variação cambial, (ii) taxas de juros, (iii) dos preços de ações e (iv) dos preços de mercadorias.

O controle de risco de mercado é realizado pela aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas e atendendo à regulação local. O caixa do Banco é investido em baixa exposição a Risco de Mercado.

A área de Gestão de Riscos monitora diariamente o risco de mercado, acompanhando através de ferramenta especializada (sistema Mitra, desenvolvido pela empresa Luz Soluções Financeiras) e de relatórios.

• Metodologias aplicada na gestão de risco de mercado

#### Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco ou VaR (*Value-at-Risk*) é o padrão utilizado pelo mercado e pelo Banco. Trata-se de uma medida que resume em forma apropriada a exposição ao risco de mercado e representa a máxima perda potencial no valor de mercado que, em condições normais de mercado, pode ocasionar uma determinada posição ou carteira, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 12. Gerenciamento de riscos--Continuação

## Economic Value Sensitivity (EVS)

O *Economic Value Sensitivity (EVS)* é uma medida que representa o efeito de choques paralelos nas curvas de juros e de deságio dos instrumentos em que estão alocados os ativos e passivos da Companhia.

#### Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco, atendendo às determinações das políticas corporativas e dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o Risco Operacional ao qual a instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional inerente aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Instituição.

As descrições das estruturas desses gerenciamentos estão disponibilizadas no site (https://www.ubs.com/global/pt/legalinfo2/brazil/risk-control.html).

O Conglomerado UBS está classificado no segmento S4 nos termos da resolução nº 4.553/17 que estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

## 13. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência Exigido – PRE do Conglomerado Prudencial, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência níveis I e II	356.211	312.895
Risco de crédito	19.974	2.594
Risco de mercado	-	19
Risco operacional	30.765	27.739
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	50.738	30.352
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	305.482	282.543
Ativo ponderado pelo risco (RWA)	634.230	379.407
Índice de Basiléia	56,17%	82,47%

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

## 14. Resultado recorrente e não recorrente

Não foram identificados no período resultados não recorrentes ou que não estejam relacionados com as atividades do Banco.

## 15. Outras informações

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o UBS Brasil Banco de Investimento S.A., não possuía recursos de terceiros administrados de particulares, fundos e clubes de investimentos.

A pandemia da Covid-19 alterou drasticamente o cenário global e criou enormes desafios em todos os aspectos da sociedade, em saúde, segurança e economia. A administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira do Banco, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos, todavia a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando este princípio.

Bruno Costa Barino Diretor Rafael Granja Furlanetto Contador CRC 1RJ115472/O-2